

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1000259-07.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Exibição - Liminar**
 Requerente: **DANILO APARECIDO DA SILVA GEENEN**
 Requerido: **JOEL FERNANDES DA SILVA CALÇADOS-EPP LOJAS SILVA**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****Vistos**

DANILO APARECIDO DA SILVA GEENEN ajuizou a presente **MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS** em face de **JOEL FERNANDES DA SILVA CALÇADOS-EPP (LOJAS SILVA)**, todos devidamente qualificados.

Aduziu o autor, em síntese, que necessita de cópias dos documentos que justificaram a inclusão de seu nome nos órgãos de proteção ao crédito para instruir futura ação de revisão de cláusulas contratuais e/ou danos morais.

Regularmente citado, o requerido contestou a ação (fls. 23 e ss) alegando preliminares de inépcia da inicial e falta de interesse de agir. No mérito, argumentou que não possui o documento solicitado na inicial porque em 2011 o estabelecimento foi furtado e os “meliantes” levaram computadores e documentos. No mais, sustenta que o autor não nega ter feito compras no crediário. Por fim, propõe que o autor deposite em juízo o valor que entender correto para quitar o débito.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

As preliminares foram afastadas pelo despacho de fls. 62.

A fls. 100 foi juntado documento comprovando que o nome do autor foi inserido nos órgãos de proteção ao crédito por ordem da requerida.

A fls. 133 e ss a requerida juntou os documentos e a fls. 143/146 o autor se mostrou satisfeito com a documentação apresentada.

É O RELATÓRIO.**DECIDO.**

A presente medida cautelar tem caráter satisfativo. Sua finalidade é a exibição e posterior conferência de documentos arquivados em repartição da requerida.

Após ser citada, compareceu e apresentou os documentos solicitados.

O autor tem legítimo interesse na aludida exibição, a pretexto de conferir e analisar o valor efetivamente cobrado pelo requerido.

Às fls. 146 mostrou-se satisfeito com a documentação.

A presente decisão tem assim conteúdo meramente homologatório, uma vez que não houve resistência efetiva do requerido em face do pedido inicial.

Isso posto, **JULGO POR SENTENÇA** a presente ação e, condeno o requerido ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% do valor dado à causa, uma vez que deixou de atender a requerimento administrativo para a apresentação dos documentos.

P. R. I.

São Carlos, 14 de setembro de 2016.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**